

Incumbimento

# Efeitos Colaterais

O Brasil precisa crescer. E todos sabem que o crescimento só é auto-sustentado, capaz de gerar riquezas e novos investimentos pela inversão de lucros que expandam a capacidade produtiva e criem novos empregos, se houver espaço para o desenvolvimento das atividades do setor privado.

Isso pressupõe que o Estado limite sua atuação ao essencial. Que não avance sobre a poupança privada, para não asfixiar o setor produtivo, que com seu pagamento de impostos ajuda a sustentar os serviços básicos que o Estado deve prestar à sociedade. Os burocratas brasileiros, no entanto, parecem desconhecer essas normas básicas de funcionamento das economias de mercado, até agora não superadas por outro sistema econômico.

É que os mesmos burocratas que elaboraram o pacote fiscal, que pretende arrecadar em impostos mais de três trilhões de cruzados para os cofres do Tesouro Nacional, em 1989, decidem, por outra mão, destinar 500 bilhões de cruzados para o socorro de instituições financeiras estaduais, como o Produban e o Banco Regional do Extremo Sul, do qual são sócios controladores os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O aumento da carga fiscal vai drenar para os cofres federais novos recursos do setor privado. Como o Estado já controla mais de 70% da poupança financeira disponível, a disputa de recursos pelo setor privado, fatalmente, colocará os juros nas alturas e inibirá os investimentos que geram emprego e riqueza.

Não se pode negar o papel keynesiano do Estado como aglutinador de recursos, via impostos, para a promoção do bem-estar social. Mas, quando se retira ao setor privado recursos, que

seriam destinados a investimentos produtivos, para tapar rombos oficiais, está-se trilhando o atalho que leva à recessão e ao desemprego.

É que, além dos 500 bilhões que serão despejados nos bancos oficiais estaduais, sem que a sociedade saiba das reais condições dos financiamentos, quem irá administrar a distribuição do dinheiro ou qual a garantia de que os recursos não voltarão a ser utilizados pelo acionista controlador para empréstimo a si mesmo, ferindo a Lei Bancária, outros 593 bilhões de cruzados serão sugados do setor privado para tentar tapar um suposto rombo futuro da Previdência.

Dinheiro bom do setor privado será destinado a sustentar a ineficiência. Poderia estar sendo aplicado na expansão do ativo fixo do país; na garantia de novos empregos e riquezas para que o país continue a exportar sem a necessidade de compressão do poder de comprar para gerar megassuperáveis.

No caso do socorro aos bancos oficiais, as consequências são ainda mais graves. Conspiram contra o esforço de si implantar uma economia de mercado neste país. Por que o Banco Central socorre bancos estaduais? Para tirar o conceito de risco do mercado financeiro e aumentar o interesse dos investidores por aplicações 'overnight'? Para desviá-los dos investimentos produtivos em ações ou debêntures que abrem espaço para as empresas privadas reciclarem seu passivo financeiro e assegurar melhor perfil de endividamento?

O governo não pode se deixar levar por uma mentalidade exatora. O crescimento é a melhor saída para a crise nacional. Mas o pacote fiscal parece conter em sua receita efeitos colaterais mais perniciosos do que a possibilidade de cura.